

Brasil



PRESO NA ARGENTINA

Brasil e Paraguai negociam extradição

Maior contrabandista de armas da América Latina passou dois meses foragido



BARREIRA NO CONGRESSO

Parlamentares preparam mais uma derrota para Camilo, desta vez no Plano Nacional de Educação



Depois da festa, a resaca. Lula, Camilo e representantes de entidades na Cneac, adiantando de votação o texto aprovado. Já é considerado no Congresso

Aprovado na Conferência Nacional de Educação (Cneac) no dia 30, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) deve se tornar mais uma derrota para o ministro Camilo Santana no Congresso. O texto que o titular do Ministério da Educação pretende enviar ao Legislativo até a primeira quinzena de abril será recebido com resistência e expectativa de tramitação lenta. Parlamentares se articulam para prorrogar por mais quatro anos as diretrizes traçadas há dez anos e que valeriam até junho de 2024. O revés para Camilo se juntaria às dificuldades de votação do projeto de lei de mudança do Novo Ensino Médio. No ano passado, o governo retirou a urgência da matéria na Câmara, diante de alterações feitas pelo relator, Mendonça Filho (União-PP). Mas ela foi restabelecida pelos deputados. Análise ficou para este ano, após uma reunião entre o ministro e o deputado no último dia para

a votação do texto em 2023. Com isso, ficou para depois a mudança no Enem, outro tema que exigia diálogo com o Congresso Nacional. A proposta de prorrogação do atual PNE foi apresentada na Comissão de Educação do Senado no fim de dezembro e começou a ser defendida também por profissionais da educação. —A tramitação deve ser extensa, por isso defendemos que o plano nacional deste ano tenha prazo de vigência estendido — disse o professor da Faculdade de Educação da USP Daniel Cara, que participou da Cneac. O PNE determina estratégias para a política educacional do país por uma década. O novo plano estipula as orientações que vão valer de 2024 a 2034. Entre as propostas aprovadas pela Cneac estão a revogação da Reforma do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A preocupação entre os parlamentares com a Comissão de Educação da Câmara é que a análise do texto demore o mesmo (ou mais) tempo que o plano de 2014 —

aprovado após quatro anos de tramitação. — Há pontos de difícil convergência, como o Novo Ensino Médio, militarização de escolas, educação à distância, que dificultarão uma aprovação célere, o que forçará a prorrogação do atual — afirma o vice-presidente da comissão, deputado Socorro Neri (PP-AC). **VIÉS IDEOLÓGICO** No texto que serviu de base para a Cneac, foi pedida a "contraposição efetiva do Estado" a políticas chamadas de "ultraconservadoras" e a "desmilitarização das escolas, o fim ao avanço de processos e tentativas de desmilitarização da educação domiciliar (homeschooling); as intervenções do movimento Escola Sem Partido e dos diversos grupos que desejam promover o agonegocismo por meio da educação". Capitaneadas pelas bancadas ruralista e evangélica, mais de dez frentes parlamentares assinaram nota conjunta dizendo que o texto de referência para a conferência tinha "viés ideológico" e "postura autoritária".

Novo presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Rafael Brito (MDB-AL) acha improvável que o plano seja aprovado na Casa este ano e defende a prorrogação do atual para evitar um período sem legislação, como houve entre 2010 e 2014. — (O texto) não vai ser aprovado se vier com qualquer conteúdo de viés ideológico, para um lado ou para outro. A prorrogação é a decisão mais factível no momento. Acho difícil aprovar nas duas Casas em um ano eleitoral — disse Brito. Contrário à prorrogação, o deputado Pedro Uczai (PT-SC), argumenta que o último plano precisa ser atualizado para acompanhar o cenário educacional no Brasil. Mas reconhece que o debate "não será fácil" e demandará custos do governo com a oposição. — Teremos que dialogar muito. Pode ser que não ganhem todos os pleitos. Mas os parlamentares que querem atrapalhar a tramitação são minoria. Integrantes do alto escalão do MEC afirmam que a

O FUTURO EM DEBATE

O que é discutido para o próximo Plano Nacional de Educação

O QUE É

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina as estratégias para a política do setor por uma década. Mas uma proposta de prorrogação de atual PNE foi apresentada na Comissão de Educação do Senado Federal no fim de dezembro e começou a ser defendida também por profissionais da educação.

PROPOSTAS PARA O NOVO PNE

- Revogação da Reforma de Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
- Ampliação da educação integral para 50% dos estudantes.
- Investimento de 10% do PIB em educação.
- Universalização da pré-escola a partir dos quatro anos.
- Triplidarização da educação no Ensino Médio.
- Estabelecimento de padrões de qualidade para a educação a distância.

CRÍTICAS

Capitanadas pelas bancadas ruralista e evangélica, mais de dez frentes parlamentares assinaram nota conjunta alegando que o texto de referência da Cneac tinha "viés ideológico" e "postura autoritária".

OUTROS ASSUNTOS ESPINHOSOS QUE O MEC TERÁ DE DISCUTIR ESTE ANO

- Novo Ensino Médio** O governo federal enfrenta dificuldades de mudar a prova. Uma ala do Congresso defende que o exame seja dividido em duas: uma comum para todos os candidatos e outra específica em alguma área do conhecimento escolhida pelo aluno.
- Enem** Com a reforma do ensino médio, há a possibilidade de mudar a prova. Uma ala do Congresso defende que o exame seja dividido em duas: uma comum para todos os candidatos e outra específica em alguma área do conhecimento escolhida pelo aluno.
- Ideb** Principal avaliação da educação básica, o Ideb tinha metas de desempenho estabelecidas até 2023. Com a pandemia, o fim desse primeiro ciclo foi prorrogado para 2023, com os dados precisos definindo novas metas para os próximos anos e também se haverá alterações metodológicas na avaliação.

ANTÔNIO GOIS



O entorno da escola importa

Ao analisarmos indicadores insatisfatórios de acesso, conclusão ou aprendizagem, na busca por razões e soluções do problema, por vezes esquecemos do quão relevantes são fatores externos. Um novo exemplo de impacto educacional de uma política alheia ao campo pedagógico vem de um estudo dos pesquisadores Victor Araújo (University of

Reading, Marta Arretche (USF) e Pablo Benamendí (Duke University), publicado em janeiro no periódico científico The Journal of Politics, um dos mais prestigiosos da área. Eles investigaram os efeitos do programa Luz para Todos, criado no primeiro mandato de Lula, com o objetivo de garantir o fornecimento de energia elétrica em áreas rurais e remotas, especialmente no Norte e Nordeste. A principal preocupação dos autores era identificar se o programa trouxe retornos eleitorais aos governos do PT — a conclusão foi que sim, houve retorno positivo e persistente —, mas, para isso, procuraram mensurar resultados que ultrapassavam o objetivo primordial da política, de fornecer energia em áreas remotas. E um dos efeitos significativos encontrados pela chegada de luz elétrica nas localidades beneficiadas foi o aumento na matrícula entre jovens de 15 a 17 anos e de 18 a 25 anos. Isso se explica porque a chegada de eletricidade nessas localidades permitiu que as escolas pudessem abrir no período noturno, levando a um aumento da matrícula e conclusão no

ensino médio, e até a um aumento na matrícula no ensino superior via educação a distância (na década de 2000, o governo federal também lançou um programa de EaD público, o Universidade Aberta do Brasil). Na literatura acadêmica, não faltam evidências de várias outras ações no entorno da escola que impactam — positiva ou negativamente — os resultados observados dentro dela. Por exemplo, o estudo "Tiro no Futuro: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro" de 2022, identificou que conflitos ocorridos durante o ano letivo estavam associados ao aumento da evasão e queda na aprendizagem em escolas afetadas. Em linha semelhante, os pesquisadores Joana Monteiro e Rudi Rocha, em estudo de 2013, identificaram que o desempenho acadêmico dos alunos caiu em escolas mais afetadas por tiroteios ao redor, que levavam tam-

bém a maior absenteeismo docente, rotatividade de diretores e interrupção de aulas. Estudos mostram também que a melhoria no acesso ao saneamento básico impacta nos indicadores escolares. Um deles, realizado pelos pesquisadores Juliana Scriptore, Carlos Roberto Azzoni e Nêscio Menezes-Filho, foi publicado em 2018 e identificou aumento na matrícula e redução na evasão e repetência no ensino fundamental em áreas onde houve ampliação do acesso ao saneamento básico. Trabalhos mais recentes têm identificado que o aumento da temperatura média agravado pelo aquecimento global também impactam a aprendizagem. E provavelmente mais relevante — em termos de impacto — de todos os fatores externos à escola é o nível socioeconômico das famílias, variável de maior influência nos resultados de aprendizagem dos alunos. Todas essas e outras constatações soam intuitivas, ou mesmo óbvias. Mas, com frequência, são esquecidas no momento de formulação de políticas públicas que olham apenas para o que se passa na escola.